

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO DO PRONAF NA CAPACIDADE
PRODUTIVA E NA RENDA DOS AGRICULTORES DOS ASSENTAMENTOS
LAGO AZUL E LAGOA DOS MARES – RIO PARANAÍBA/MG**

DSc Marilene de Souza Campos

Universidade Federal de Viçosa

Tel: 3855 9348

FAX:3855 9000

E-mail: marilenecampos@ufv.br

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo avaliar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em suas modalidades A e A/C, quanto ao seu potencial em influenciar a capacidade produtiva e gerar renda, melhorando as condições de vida dos agricultores familiares dos assentamentos Lago Azul e Lagoa dos Mares, ambos situados no município de Rio Paranaíba, Minas Gerais. Os assentamentos se constituem de 33 propriedades com até 20 hectares, Na coleta de dados foram aplicados 20 questionários. Na avaliação dos impactos do PRONAF empregamos os seguintes indicadores, analisados antes e depois dos financiamentos: montante da produção; diversificação das atividades exploradas, número de empregos gerados; destino da produção e assistência técnica. Os resultados da pesquisa revelam que o PRONAF, em ambas modalidades foi responsável pelo aumento da capacidade produtiva, geração de emprego e renda.

Palavras-chave: agricultura familiar, crédito rural, avaliação de políticas públicas

ABSTRACT:

This paper aims to evaluate the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF), in their modes A and A / C, for their potential to influence the productive capacity and generate income, improving the living conditions of farmers settlements Lago Azul and Lagoa dos Mares, both located in the municipality of Rio Paranaíba, Minas Gerais. Settlements constitute 33 properties up to 20 acres, In the data collection were applied 20 questionnaires. In assessing the impacts of PRONAF employ the following indicators, analyzed before and after the financing: the amount

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

of production, diversification of activities explored, number of jobs created; fate of production and technical assistance. The survey results reveal that PRONAF in both modalities was responsible for increasing productive capacity, generation of employment and income.

Key Words: family farms, rural Credit, coast evaluation and efficiency

1.0 INTRODUÇÃO:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destaca-se por ser o primeiro programa de crédito voltado para a pequena produção agrícola familiar do país, implicando além da democratização do crédito rural o ingresso permanente da temática agricultura familiar na agenda pública. A institucionalização do programa deu-se através do Decreto no. 1946, de 28/07/96, desenvolvendo, no período inicial, somente ações relativas ao crédito de custeio, incorporando progressivamente, os créditos de investimento, financiamentos em infraestrutura e serviços municipais; capacitação e profissionalização dos agricultores e gestores do programa e financiamentos de pesquisas e extensão rural(Abramovay, Veiga: 1999). O programa foi gestado como resposta às demandas dos movimentos sociais de trabalhadores rurais, ligados à Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura(Contag) e aos Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores(DNTR/CUT) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra(MST)que ganharam forma nas Jornadas Nacionais de Luta da primeira metade dos anos 1990, tomando expressão, após 1995, quando se transformaram no movimento “Grito da Terra Brasil” (Schneider, Cazella e Mattei: 2007)¹. Contudo, os movimentos sociais ganharam maior força e projeção nacional, após os conflitos que resultaram nos massacres de agricultores sem terra em Corumbiara- Rondônia(1995) e em Eldorado dos Carajás-Pará(1996). A repercussão internacional da tragédia foi um fator adicional no contexto social que levou o governo federal a assumir nova postura em relação ao problema agrário, com a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e a elaboração de políticas de inclusão social do pequeno produtor. Outra contribuição para a formatação do PRONAF veio da área acadêmica, trata-se do Relatório FAO/INCRA² que forneceu o referencial conceitual no qual o governo delimitou quem será compreendido na categoria agricultor familiar, uma vez que a mesma envolve uma gama bastante heterogênea de produtores, o documento serviu de base para as diretrizes que norteiam o programa, e para a estratificação dos agricultores em grupos aos quais correspondiam benefícios (Schneider, Cazella e Mattei: 2007).

O PRONAF tem revelado seu caráter de uma política em construção que demanda ajustes frequentes para se adequar à diversidade social e de contextos de produção do pequeno agricultor familiar ao longo dos dezessete anos de existência.

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

Nesse período, foram reduzidas taxas de juros, dilatados prazos e carências, alteradas as categorias, diversificadas as modalidades de crédito e, sobretudo, expandidos os volumes de recursos e o número de beneficiários. O programa inseriu inclusive uma dinâmica democrática ao formalizar uma estrutura de conselhos participativos em sua própria gestão, que assegura a influência dos agricultores na tomada de decisões, transcendendo os limites da municipalidade e implementando a gestão territorial do desenvolvimento(Abramovay e Veiga, 2007). Essa versatilidade, dimensionamento e modernização das instituições fazem do programa um dos mais importantes instrumentos para se pensar o desenvolvimento , tornando-o um atrativo objeto para os estudos rurais. Essa dimensão territorial das políticas públicas e a diversidade de condições que caracteriza a agricultura familiar conferem destaque especial para os estudos que avaliam casos em contextos singulares. Além do mais, dispomos de poucas informações acerca do impacto do PRONAF sobre as economias locais em uma diversidade de contextos, ou seja, o impacto positivo na oferta de alimentos, na geração de renda e de empregos formais . Faltam-nos dados que demonstrem a natureza dos encadeamentos entre a produção familiar e outros setores da economia.

Tendo em vista tais questões, o presente trabalho volta-se para a análise dos impactos do PRONAF sobre a capacidade produtiva, inserção mercantil, geração de emprego e renda em dois assentamentos rurais localizados em duas glebas do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba(PADAP). Tratam-se de dois assentamentos estruturados dentro de glebas de outro assentamento, o primeiro e mais antigo, foi implementado na década de 70, durante o Governo de Rondon Pacheco em Minas, projetando-se no governo militar do Presidente Ernesto Geisel. O PADAP foi um programa que não contemplou fins sociais de inclusão, mas fundamentalmente econômicos, como analisaremos mais à frente, assentando em glebas de 250 a 500 hectares, colonos majoritariamente nipônicos ou de ascendência nipônica, indicados e assistidos pela Cooperatia Agrícola de Cotia(CAC) para implantar uma agricultura altamente competitiva e capitalizada, atendendo a uma demanda de alimentos das cidades que apresentavam forte crescimento demográfico e para, em parceria com o Japão e participação financeira do mesmo, realizar o Programa de Desenvolvimento do Cerrado(PRODECER), fornecendo grãos para o país, cuja fragilidade e dependência em relação ao mercado internacional, tornara-se evidente depois do embargo às exportações da soja promovido por Nixon em 1973(Campos, 2011)³. A metodologia para a avaliação de políticas públicas implica na construção da isenção valorativa, a partir da identificação dos propósitos, objetivos gerais e específicos explícitos nos documentos e sua confrontação com os resultados alcançados, o trabalho não se esgota na descrição, mas volta-se para a análise e explicação do fenômeno.

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaF na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

2.0 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS:

O problema teórico de se conceituar agricultura familiar envolve uma ampla discussão acadêmica, fundamentada na heterogeneidade de situações sociais, econômicas e culturais que caracterizam as unidades produtivas rurais familiares. Como mencionamos anteriormente, o PRONAF se baseará nos estudos realizados em parceria pela FAO/INCRA para formalizar uma definição operacional de agricultura familiar que delimita os atores econômicos elegíveis como público alvo. Desse modo, segundo o Manual Operacional do PRONAF, são considerados agricultores familiares os produtores rurais que: apresentem pelo menos 80% da renda familiar originária das atividades agropecuárias; que produzam em estabelecimentos com até quatro módulos fiscais(ou seis quando a atividade for pecuária); que explorem a terra como proprietários, meeiros, parceiros ou arrendatários; utilizem mão de obra exclusivamente familiar ou até dois empregados permanentes; residam no imóvel ou em aglomerados rurais ou urbanos próximos; apresentem renda bruta familiar anual de até R\$110 mil reais⁴.

Segundo o Manual Operacional do PRONAF, destacam-se entre os objetivos gerais do programa o fortalecimento da agricultura familiar, através de apoio técnico e financeiro, de modo a promover o desenvolvimento rural sustentável. Pretende-se fortalecer a *capacidade produtiva* da agricultura familiar; contribuir para a *geração de emprego e renda e melhorar a qualidade de vida* dos agricultores familiares. Entre os objetivos específicos destacam-se as preocupações de autoavaliação permanente expressas nas intenções de ajustar as políticas públicas à realidade dos agricultores; de proporcionar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores, melhorar a profissionalização dos produtores viabilizando o acesso às novas tecnologias e conhecimentos e proporcionar novos instrumentos de gestão social(Abramovay e Veiga,1999). Para a realização da pesquisa de aferição da influência do PRONAF sobre as variáveis consideradas primordiais, segundo o próprio programa, ou seja, capacidade produtiva, geração de emprego, geração de renda, melhoria da renda e inserção produtiva nos mercados local e regional realizamos vinte entrevistas estruturadas. Considerados ambos os assentamentos, das 33 famílias originalmente assentadas, 29 residem atualmente nas terras que receberam; são 17 famílias no assentamento Lago Azul e 12 famílias no Lagoa dos Mares⁵. Como técnica de coleta de dados optou-se pelo questionário, sem a utilização de nenhuma técnica de amostragem, ou seja, optou-se pela realização de um censo. Foram entrevistados os chefes de família. Entretanto nem todos assentados tiveram o interesse em participar da pesquisa, totalizando 20 questionários para 31 famílias. Os questionários foram aplicados em julho de 2012, totalizando 12 para o assentamento Lago Azul e 8 para o assentamento Lagoa dos Mares. Os dados se seguem apresentados

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

conjuntamente, uma vez que não foram encontradas nas tabulações individuais diferenças significativas que justificassem a análise individual e comparativa dos assentamentos. Os indicadores de desempenho, que se seguem, foram analisados antes e depois da utilização do PRONAF: montante da produção; diversificação das atividades exploradas, número de empregos gerados; destino da produção e assistência técnica.

É importante analisarmos finalmente as modalidades, categorias ou grupos de produtores e de benefícios, nos quais se divide o PRONAF na atualidade, resta-nos observar que alterações se verificaram nessa divisão ao longo dos 17 anos de vigência do programa⁶. O PRONAF estratificou os produtores em 4 grupos: A,B, A/C, PRONAF Comum. No Grupo A, enquadram-se os agricultores assentados pelo Programa Nacional de reforma Agrária(PNRA), público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário(PNCF) e os reassentados em função da construção de barragens; a finalidade do crédito é o financiamento das atividades agropecuárias e rurais não agropecuárias. Os financiamentos do Grupo A são créditos investimentos limitados em R\$20.000,00 por família, com juros de 0,5% ao ano e prazo de reembolso de até 10 anos, incluídos três anos de carência. O bônus de adimplência é de 44% sobre o valor de cada parcela paga até o seu vencimento. No Grupo B, enquadram-se os agricultores familiares com renda bruta familiar anual de até R\$6.000,00; a finalidade do crédito é o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias. Os financiamentos desse grupo estão limitados, para a safra de 2010/2011, em até R\$2.000,00 por operação com juros de 0,5% ao ano e prazo de reembolso de até 2 anos. O bônus de adimplência é 25% para os primeiros R\$ 4.000,00 financiados. No Grupo A/C, enquadram-se os agricultores familiares assentados pelo PNRA e público-alvo do PNCF. Os financiamentos para aqueles que já obtiveram os créditos de investimento caracterizam-se por créditos de custeio, limitados a R\$5.000,00, com juros de 1,5% ao ano e prazo de reembolso de dois anos. A finalidade do crédito é o custeio das atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção. O grupo poderá obter até três créditos de custeio antes de migrar para a categoria geral de agricultor familiar. A quarta categoria é reconhecida como PRONAF GERAL, (PRONAF Comum ou Grupo dos Agricultores Familiares. Nesta faixa, enquadram-se os agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$6.000,00 e até R\$110.000,00. A finalidade do crédito é o financiamento da infraestrutura de produção no estabelecimento rural e serviços agropecuários e não agropecuários, como também o custeio agropecuário. Nesse grupo, o custo do crédito de custeio varia conforme o montante financiado: valores contratados na faixa de R\$ 10.000,00 apresentam taxa de juros de 1,5% ao ano; para créditos entre R\$10.000 e R\$20.000 a taxa de juros é de 3,0% ao ano; para os créditos entre R\$20.000,00 e R\$50.000,00 a taxa de juros é de 4,5% ao ano. Para os créditos de investimento, as taxas de financiamento para as mesmas faixas são, respectivamente: 1,5%, 2,0% e 4,0% ao ano.

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaF na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

Nos assentamentos estudados, as modalidades de PRONAF utilizadas foram tomadas simultaneamente por todos os produtores e enquadram-se nos Grupos A e A/C. Atualmente, um percentual de produtores diferente do total, que se destacou nos negócios, passou a se enquadrar na categoria geral do programa (PRONAF Comum), como analisaremos nos tópicos seguintes do trabalho.

3.0 PADAP E PNRA: ASSENTAMENTOS RURAIS PARA DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS

O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, implantado em 1973, foi concebido para ocupar produtivamente o cerrado mineiro, apoiando a formação de unidades produtivas altamente capitalizadas e apoiadas por modernas tecnologias. Trata-se de um projeto de colonização, desenvolvido durante o período da ditadura militar, com caráter distinto dos demais, cujo objetivo era ocupar áreas devolutas e expandir a fronteira agrícola, uma vez que implicou na desapropriação de 61 mil hectares de terra no Alto Paranaíba e na tentativa pioneira de implantar em terras antes consideradas inaptas, a produção de gêneros alimentícios, tais como: arroz, feijão, milho, soja, batata, café e hortifrutis. O programa apoiou-se na Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) que dominava, desde 1929, a tecnologia da produção de batatas e hortaliças no interior de São Paulo. As terras foram divididas em lotes de 250 ou 500 hectares -conforme a disponibilidade ou não de água na superfície- e entregues aos colonos japoneses ou de ascendência nipônica, indicados pela CAC. Paralelamente, órgãos públicos de pesquisa, assistência técnica e tecnológica, programas de crédito, para aquisição de máquinas e insumos agrícolas foram disponibilizados, inclusive programas de financiamento e parcerias tecnológicas foram desenvolvidas com o governo japonês com intuito de implantar a produção da soja no cerrado.⁷ Segundo Alysson Paolinelli⁸, o PADAP justificava-se pela rápida urbanização do país e pela incapacidade do agricultor pouco modernizado prover as cidades:

“(…) na década de 60, O Brasil se transformou num dos maiores importadores de alimentos. Importávamos arroz das Filipinas, importávamos feijão do México e até do Chile que não tem área. Os Estados Unidos não consomem feijão, mas achou tão bom produzir para o Brasil que passou a ser um grande produtor de feijão. Importávamos carne da Argentina e do Uruguai e não deu. Fomos os primeiros fregueses da carne da Austrália, quando a Austrália fez aquele fabuloso projeto de desenvolvimento da sua pecuária de corte. Nós importávamos leite da Europa, do Canadá e dos Estados Unidos(…) O Brasil importava 100% do trigo que consumia(…)essa foi a grande diferença, na década de 70, quase como num passe de mágica, o Brasil começa a se movimentar na produção⁹.”

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

Paolinelli também se pronuncia sobre a necessidade de “colonizar” do ponto de vista tecnológico o cerrado brasileiro:

“ quando entrei no governo brasileiro em 1974, o Brasil produzia 200 toneladas de soja, porque a soja que estava aqui era aquela que veio da China, passou pelos Estados Unidos que era região temperada e veio bater aqui no Brasil. Ela tinha uma exigência fatal: 16 h de sol por dia e só lá na pontinha do Rio Grande do Sul nós tínhamos isso. Essas 200 mil toneladas eram produzidas no cone sul do Rio Grande do Sul. Vocês viram a velocidade que a EMBRAPA, a Universidade, a iniciativa privada pegou a soja e modificou geneticamente(...) Nós temos soja hoje sendo produzida lá no Amapá, em cima do Equador, produzimos 60,65 sacas por hectare, média maior que a americana¹⁰”.

O PADAP, inversamente dos assentamentos estudados, foi produto de um contexto de cerceamento dos direitos políticos, foi fruto de uma iniciativa de modernização pelo alto, que afetou o mercado de trabalho e a pequena produção local. A desapropriação não atingiu exclusivamente os grandes proprietários rurais, dos 61.570,3 hectares desapropriados, 65,4% pertenciam à empresa Fayal S/A de Antônio Luciano, grande proprietário rural e de imóveis urbanos em Belo Horizonte, contudo os 21.312,7 hectares restantes estavam distribuídos em 50 propriedades de 100 a 560 hectares. Estas propriedades simplesmente trocaram de mãos, passando para os japoneses. Os pequenos proprietários, atingidos pela desapropriação acabaram sendo deslocados para as regiões mais distantes com terrenos íngremes e menos próprios para o plantio. Aqueles com terras de medida inferior a 100 hectares, que tiveram seus direitos de propriedade preservados com o PADAP, foram expulsos pelas forças de mercado, depois que a capitalização e as elevadas tecnologias elevaram o valor das terras. Contudo, a capitalização gerou uma especialização dos mercados, regionalizando e nacionalizando ou internacionalizando os mercados para os produtos gerados pela moderna agricultura do PADAP. Os mercados locais foram sendo ocupados pelos pequenos produtores e a lavoura capitalista passou a atrair a mão-de-obra de regiões mais pobres de Minas e do Nordeste brasileiro(Campos, 2011). Assim, o PADAP atraiu grande contingente de trabalhadores rurais migrantes, fortalecendo os sindicatos de agricultores da região.

Contrariamente, ao PADAP, os assentamentos rurais estudados são produtos de lutas sociais e do resgate dos direitos políticos¹¹. As lutas sociais pela terra, marcadas pela participação da CONTAG e do DNTR/CUT e do MST, nos anos 1990, intensificaram seu teor de mobilização a partir das chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, conferindo visibilidade nacional e internacional às

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

manifestações dos trabalhadores rurais e servindo de sustentação para diversas ações de ocupação de terras que foram deflagradas por organizações sindicais em diversas regiões do Brasil do interior, embora pouco visíveis pela mídia e pouco presentes nos estudos e nas estatísticas. Foi nesse contexto, que o movimento social de agricultores, liderado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carmo do Paranaíba, inicia a Caminhada pela Terra, em 14 de julho de 1996 e após tomarem conhecimento da possibilidade de desapropriação da Fazenda da Usina do Abaeté, no município de Rio Paranaíba, unem-se a outro grupo de trabalhadores rurais, provenientes de municípios vizinhos a Carmo do Paranaíba, liderados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais-FETAEMG e iniciam a ocupação da Gleba 209-A do PADAP. Dessa ocupação, nasce o Assentamento Lago Azul. Em assembleias realizadas no local, decidiu-se que o grupo, liderado pela FETAEMG e que se juntou ao grupo originário de Carmo do Paranaíba, iria formar um novo assentamento, o Lagoa dos Mares, em outro lote do PADAP, a Gleba 119-A¹². No início, os assentados viviam de doações populares e da Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB. Nesse período os trabalhadores receberam recursos de fomento e alimentação em valores individualizados para as famílias na ordem de R\$1.400,00. Sob o título de crédito de infraestrutura receberam R\$2.500,00 para a construção da moradia, repassados pelo INCRA através do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Após a divisão do terreno em lotes médios de 18 hectares por técnicos do INCRA, os trabalhadores foram assistidos por profissionais da EMATER para realizarem as Declarações de Aptidão e se cadastrarem para receber os créditos provenientes do PRONAF-A. Foram realizados contratos no valor de R\$12.000,00 como créditos de investimento, disponibilizados a cada família de ambos os assentamentos estudados, inicialmente 18 famílias do Lago Azul e 13 famílias do Lagoa dos Mares. Posteriormente, foram contraídos créditos de custeio do PRONAF A/C, no valor de R\$5.000,00, entretanto a partir da segunda contratação do crédito de custeio, ocorreu um processo de diferenciação econômica entre os agricultores, devido quase exclusivamente ao modo como os recursos foram aplicados que analisaremos a seguir.

4.0 AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO PRONAF NA CAPACIDADE PRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS

Quanto ao perfil dos assentados, observamos que 45% dos chefes de família se concentram na faixa etária de 41 a 50 anos, sendo que 90% possuem apenas o ensino fundamental. Quando à geração de empregos temporários, observamos que 55% dos assentados contratam mão obra para auxiliar nas atividades rurais, sendo esta de diaristas, tratoristas, contratados principalmente na

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

época do plantio ou colheita. A remuneração média é de R\$ 60,00/dia para diaristas e R\$ 70,00 /hora para tratoristas.

Na avaliação dos assentados, quando questionados se as mudanças observadas na produção e na renda se devem ao PRONAF, 45% responderam que sem o PRONAF seria impossível começar e manter a produção do pequeno produtor assentado ;15% responderam que o programa é bom, pois os juros são baixos e apresenta um longo prazo de carência”, tornando possível as atividades na terra para pagar o financiamento; 15% aprovam o PRONAF, mas desejam um prazo de carência maior e 15% aprovam, mas pensam que deveria existir uma segurança maior no preço de venda da produção. Totalizam-se 75% de avaliações positivas. As opiniões positivas podem ser justificadas pela melhoria do desempenho ou pelo aumento da capacidade produtiva com a expansão das áreas de plantio em cabeças de gado; hectares de maracujá, áreas plantadas de café; das áreas plantada de cenoura, de cebola, beterraba; de eucalipto e cana.

Quando questionados se receberam assistência técnica, 90% responderam que sim, sendo que 61,1% disseram que essa assistência ocorria somente quando o produtor requisitava e 27,8% com a regularidade mensal. Totalizaram 78,9% as avaliações positivas da assistência técnica, afirmando que ajudou a melhorar a produção e outros 21,1% disseram que não melhoraram e isso se deu por diversos motivos. Dentre eles a inexperiência dos técnicos para atender a produção dos assentamentos, já que são diversos os bens produzidos pelo mesmo produtor, como por exemplo milho, feijão, café, maracujá, leite, dentre outros. Os entrevistados apresentaram preferências pela assistência técnica prestada pelos vendedores de insumos, 52,6% dos assentados recebem assistência técnica de outra instituição, além da EMATER. Deste total 50% recebem assistência de empresas fornecedoras de insumos e 40% de cooperativas e 10% assistência privada de técnicos agrônomos.

Quanto ao financiamento, 55% utilizaram outra modalidade de financiamento além do PRONAF, sendo 45,5% de outra linha do PRONAF, 36,4% de cooperativas ou associações. Entretanto, quando questionados sobre a regularidade do pagamento dos financiamentos do PRONAF, 84,2% afirmaram estar em dia com o programa, mas 63,2% dos entrevistados relataram terem enfrentado dificuldades para pagá-lo, alegando como causas principais a frustração da safra com 33,3% e 25% o custo da produção. Desse modo, 15,8% relataram não estar em regularidade com os pagamentos, mas entre os adimplentes 94,7% retiram recursos das atividades rurais.

Quando questionados sobre a ocorrência de mudança nas condições de vida da família, 57,9% disseram que sim, alegando o aumento da produção e da

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

renda; 21,1% disseram que sim, alegando a melhoria do padrão de vida; 5,3% alegam melhoria em parte pois aperta na data do pagamento. Por outro lado, 5,3% alegaram que o PRONAF não melhorou a vida deles e 10,5% tiveram respostas diversas. A aprovação alcançou índices de 83,4%. Encontramos entre os que censuraram o programa, aqueles que não seguiram o projeto inicial elaborado pela EMATER ou que desviaram recursos dos investimentos para outras necessidades familiares. A confiança nos resultados do programa é reforçada pelos 68,4% que desejam obter outro financiamento do PRONAF, sendo 61,5% para custeio.

Quanto à renda familiar, a totalidade dos entrevistados alegou ser ela proveniente exclusivamente da produção agropecuária e assim distribuída: 25%(5) na faixa de de 0 a 10mil reais; 15%(3) de 11 a 20mil; 20%(4) de 21 a 50 mil; 20%(4) de 51 a 100 mil, 10%(2) de 101 a 120, Alegaram que antes de pleitearem terras nos assentamentos eram desempregados.

Observamos que 10% dos entrevistados praticam alguma atividade econômica não-rural, são estes os números da pluriatividade nos assentamentos estudados. Observamos que 10% dos entrevistados que partiram do PRONAF-A e hoje podem pleitear o PRONAF Geral, fatos que são indicadores de que o PRONAF além de elevar a capacidade produtiva elevou também a renda. Observamos que os assentados, em sua maioria, hoje possuem automóvel, sendo que 10% possuem carro zero e/ou multiuso, mou seja que serve para o transporte de produtos. Tudo leva a crer que a melhoria das rendas de 65% dos agricultores tem por explicação o entorno sócio-econômico que se traduz em mercado para os produtos que englobam o leite, o café, o maracujá que contam com clientes, como a Maguary, Nestlé, Cemil e as diversas cooperativas do café na região. Enquanto que as condições dos 10% que atingiram os níveis de renda anual superiores a 100mil reais, podem ser explicadas pelas capacidades empreendedoras individuais.

Quanto ao papel das atividades associativas ou de caráter coletivo, observamos que são praticadas por 95% dos agricultores. São atividades coletivas, como associativismo, cooperativismo e sindicalismo. Quando questionados sobre sua opinião sobre as atividades coletivas, 45% alegaram que as atividades coletivas são boas para todos; 35% disseram ser essencial para o assentamento e trazer muitos benefícios, como preço de venda, compra de insumos, dentre outros. Ainda 10% relataram que participar da associação não traz muito benefício, mas da cooperativa sim; 5% disseram não gostar de participar de atividades coletivas.

Outro aspecto importante e relacionado ao contexto é o destino da produção, 100% dos produtores entrevistados declaram vender para o mercado local e 100% apresentaram diversificação da produção, combinando criação de gado, café, maracujá, milho, feijão e hortifrutí. Os produtores que fornecem para o mercado regional totalizam 25%, os produtos comercializados são o maracujá e a cenoura, produzida em escala por um único assentado de ascendência nipônica que vende

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

para o CEASA. Constatamos que 100% da produção do maracujá está inserida na cadeia produtiva dos sucos, ou seja, toda produção é recolhida e comprada pela Maguary, localizada na cidade de Araguari-MG. Observamos que quase todos os produtos que integraram o projeto inicial do PRONAF aumentaram as quantidades produzidas, o rebanho cresceu de 72 cabeças para 381, um aumento de 429%; o café passou de 31,5 para 43,5 hectares, um crescimento de 38%; o maracujá passou de 9,5 para 15 hectares, crescendo 57%. Outro impacto positivo do PRONAF nos Assentamentos é a geração de novos empregos, 20% da mão de obra utilizada é contratada para serviços temporários.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da avaliação de políticas públicas cresce no país, não somente com intuito de aprimoramento como também com o objetivo de controle social sobre os gastos públicos. O PRONAF foi concebido para sanar as deficiências de uma política de crédito que não chegava aos pequenos produtores rurais, muito embora tivesse que lidar com a grande heterogeneidade do segmento da agricultura familiar. A diversidade das linhas de crédito incluiu as modalidades A e A/C para atenderem aos assentados.

Neste estudo foram analisados os impactos dos PRONAFs A e A/C na capacidade produtiva dos assentados corroborando a tese do aumento das áreas plantadas e a diversificação das atividades exploradas. Com relação a permanência dos agricultores no assentamento, cumpriu-se também esse objetivo, pois 93,9% dos produtores continuam produzindo em suas terras.

Os resultados obtidos na pesquisas mostram que os PRONAF A e A/C conseguiram melhorar a capacidade produtiva dos assentados, conseguindo democratizar o acesso ao crédito atingindo o agricultor familiar, pois oferece baixas taxas de juros e bônus de inadimplência.

O entorno parece exercer importante influência no fator mercado para o escoamento da produção, principalmente se considerarmos a integração na cadeia produtiva do leite e do Maracujá. Também o café encontra mercado na cooperativa COOXUPÉ e os hortifruti junto à produção dos japoneses do PADAP.

Entretanto, a assistência técnica é deficitária e dependente dos fornecedores de insumos. Outro elemento importante é a ausência de um tecido institucional mediador entre o produtor e o produto final, para maximizar os resultados do PRONAF. Os agricultores carecem de capacitação em gestão de negócios,

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

cooperativismo, inovação para a geração de renda através de novas atividades produtivas ou agregação de valor às já existentes e instituições que concebiam novos projetos e planejamentos realistas para o acesso a créditos de custeio e investimento. Quanto ao cooperativismo, a mecanização agrícola para os pequenos só pode ser alcançada através de ações cooperativas e representam um elemento importante para a inserção produtiva e competitiva dos agricultores familiares ao mercado.

NOTAS:

¹ Em consequência das reivindicações dos movimentos sociais, em 1994, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural(PROVAP) que teria apresentado resultados medíocres, sendo convertido, no governo Fernando Henrique, em 1996, no PRONAF (Cf Schneider, Cazella e Mattei, 2007:23).

²FAO/INCRA, 1994 a. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. Brasília: FAO/INCRA, 98p. FAO/INCRA, 1994b. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento. Brasília: FAO/INCRA. Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, 24p.

³ O presidente norte americano Richard Nixon realizou, em 1972, o embargo da exportação da soja com intuito de regular o mercado interno, como a soja é o alimento básico da população japonesa e dos chineses, instalou-se a insegurança no governo do Japão, que enviou diversas missões técnicas formadas no interior do Ministério da Agricultura para realizarem a prospecção de áreas no mundo inteiro para a produção da soja. Os técnicos japoneses chegaram ao Brasil em 1973, iniciando um estudo para transformar o cerrado brasileiro em um grande produtor da soja. Na época a soja só era produzida no Brasil no cone sul do país, totalizando uma produção de 5.800 milhões de toneladas, ou seja, um pequeno produtor. A semente utilizada no plantio necessitava de condições climáticas similares às encontradas no hemisfério norte; somente com estudos de melhoramento genético foi possível obter variedades compatíveis com as condições naturais encontradas no Cerrado Brasileiro (Campos, 2011).

⁴ É claro que conceituar agricultura familiar no âmbito das políticas públicas envolve uma disputa política em torno de quem será incluído entre os beneficiários e qual o alcance dos benefícios, como de fato ocorreu a partir das pressões exercidas pelos movimentos sociais de trabalhadores durante a década de 1990. Apesar da relevância do tema para a pesquisa acerca das políticas públicas, a questão ultrapassa os limites do trabalho por nós desenvolvido.

⁵ Dois lotes, devido à venda ilegal a terceiros, retornaram ao INCRA e foram doados para a Universidade Federal de Viçosa para o desenvolvimento de pesquisas agrárias.

⁶ O PRONAF inicialmente funcionava através da concessão de créditos de custeio de até R\$5 mil para os agricultores familiares; créditos de investimento de até R\$15

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

mil e de R\$ 75 mil para custeio coletivo. A uma taxa inicial de 16%, depois reduzida para 9% a.a. para custeio. Os critérios de elegibilidade eram os que se seguem: possuir 80% da renda proveniente da agropecuária, deter ou explorar imóvel rural

⁷Trata-se do Programa de Desenvolvimento da Agricultura do Cerrado(PRODECER), iniciado em 1979, proveniente de um acordo assinado com o governo japonês em 1975. O Japão investiu no Brasil US\$580 milhões para iniciar o desbravamento do Cerrado e doou US\$8 milhões para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA investir na pesquisa das variedades da soja adaptas ao cerrado(Campos, 2011).

⁸ Secretário Estadual de Agricultura do Governo de Rondon Pacheco, na época de implementação do PADAP e posteriormente, em 1974, tornou-se Ministro da Agricultura do Governo Ernesto Geisel.

⁹ Conferência proferida no Encontro Nacional de Tecnologias de Safra, em 23/052012.

¹⁰ *Idem.*

¹¹ Não há registros de migrantes entre os assentados, eles são em sua maioria trabalhadores das áreas rurais de municípios vizinhos. Fato curioso é que apesar da forte demanda por mão de obra na agricultura do PADAP, trabalhadores rurais se organizassem para reivindicar terras. Tudo leva a crer que a conjuntura nacional foi um fator de grande motivação para as invasões e para o acolhimento das demandas diante da repercussão dos massacres de agricultores na mídia.

¹² A Gleba 209-A do PADAP localiza-se próximo à Usina do Rio Abaeté, totalizando uma área de 596,78 hectares, na qual foram instaladas 19 famílias. Situa-se a uma distância de aproximadamente 12 Km do município de Rio Paranaíba, cujo acesso se dá pela Rodovia MG-230, no sentido do trevo com a BR-354. A sede do assentamento dista 2,5 Km do trevo. A Gleba 119-A, na qual se instalou o Assentamento Lagoa dos Mares, localiza-se a 5Km do trevo, na BR-354, que dá acesso à cidade de Rio Paranaíba. A Gleba 119-A possui 255,27 hectares, nos quais foram assentadas 13 famílias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**, São Paulo: Edusp, 2007.294p.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar(PRONAF). Brasília: IPEA, 1999. 41 p. (Texto para Discussão 641) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_641.pdf>. Acesso em 18/10/2012.

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. Política de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.22, no. 1, p.53-66, jan/abr. 2005.

BELIK, W. **PRONAF**: avaliação da operacionalização do programa. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas – NEA, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo175.htm>> Acesso em 20/10/2012.

CAMPOS, Marilene. **Políticas públicas para a modernização agricultura e ocupação produtiva do cerrado mineiro**: o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba. Relatório de Pesquisa. Rio Paranaíba: Universidade Federal de Viçosa, 2011. 140 p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994 a.98p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento**. Brasília: FAO/INCRA, Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, 1994b,24p.

GUANZIROLI, Carlos. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 45, no. 2, Brasília, abril/junho, 2007.

MATTEI, L. et al. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: Congresso da SOBER: Conhecimentos para a agricultura XLV, 2007, Londrina, **Anais ...**, UEL, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/558.pdf>>. Acesso em 19 out 2012.

MATTEI, Lauro. **Os impactos do PRONAF análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.43p.

SOUZA, Bárbara. **Pronaf, pluriatividade e cooperação nos assentamentos rurais Lago Azul e Lagoa dos Mares. Relatório de Pesquisa**. Rio Paranaíba, 2012. mimeo. 110p.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M.; MARQUES, P. **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.252p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2007. 235p

CAMPOS, Marilene de Souza. Considerações sobre o impacto do pronaf na capacidade produtiva e na renda dos agricultores dos assentamentos lago azul e lagoa dos mares – rio Paranaíba/MG. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.8, n.2, p.55-69, TRI II 2014. ISSN 1980-7031.
